

Aspectos Sócio-Econômicos da Primeira Faixa de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso

JOÃO CASTELO BRANCO.

OS recursos naturais do São Francisco, já decantados por tantas penas ilustres, terão de ser aproveitados por determinadas classes de atividades e, agora, faz-se mister identificá-las e sobretudo exercitá-las, pondo-as a serviço do Brasil que não pode e não deve protelar por mais tempo a solução de um problema por todos conhecido como secular.

O clima, como característica inesgotável do meio geográfico, tem tamanhas variações na zona do São Francisco que sua atuação como recurso natural, se faz sentir de modo mais desconcertante. Porque êle determina em grande parte o módulo das atividades econômicas regionais, segue-se a dependência em que essas se acham de suas oscilações ou constância.

Referindo-se à climatologia da bacia do São Francisco, em trabalho datado de 1945, Morais Rêgo alude à falta de dados exatos, devido à escassez da rede meteorológica local, e termina reduzindo suas observações aos meteoros úmidos com desprezo da pressão atmosférica que nos climas tropicais, e até equatoriais, é fator de reduzida valia.

Firmado em autoridades como Koppen e Morize, Morais Rêgo admite uma grande variedade de climas ao longo da extensa bacia, mas, no momento, interessa só saber que a semi-aridez que caracteriza o clima tropical predomina no baixo e no médio São Francisco. Daí a repartição desigual das precipitações pluviométricas com sua conseqüente deficiência relativa. Dêsses fenômenos são inseparáveis o regime torrencial e a vegetação "sui-generis".

Ora, como o fator que mais imprime ao clima um caráter peculiar é a distribuição das chuvas nos dias do ano, segue-se que essa irregularidade faz com que nas margens do São Francisco se encontrem localizadas as terras mais áridas do Brasil.

Não deixa de causar espécie a circunstância de que nas proximidades de uma massa d'água como o São Francisco existam áreas em que a falta de umidade para a vegetação é sensível, quando não para a própria bebida dos animais. Morize, entretanto, afirma: "a presença de largas

superfícies de mar ou de rios é perfeitamente compatível com a existência de sêcas passageiras". E particulariza as regiões do São Francisco quando argumenta com a deficiência de suas precipitações pluviométricas. Essa escassez, aliada à secura da atmosfera e com a agravante dos ventos, origina uma intensa evaporação. Por sua vez, os ventos do quadrante leste soprando com violência, podem comparar-se pela direção que assumem aos alísios, favorecidos que são pela orientação de baixo curso e pelo relêvo. Há, destarte, uma canalização que explica velocidade maior que na própria costa marítima. Esse fenômeno ainda influenciado pela grande massa de água do rio tem uma ação que se faz sentir no equilíbrio atmosférico originando outros ventos mais fortes. Mas, na verdade, é a configuração dos vales que determina a direção dos ventos locais.

Descrevendo as teorias que ainda hoje são utilizadas na explicação da origem das sêcas, Morais Rêgo destaca o regime dos ventos e faz referências aos alísios que, como outros ventos secos, não provocam precipitação, fato, aliás, já comprovado pelas isoietas do Atlântico, e sensível em numerosos desertos. Dessa sorte, a condensação da umidade só se processa quando tais ventos encontram elevação, ou então quando "se lhes superpõem outros ventos favoráveis". A assertiva de Morais Rêgo, se carecesse de comprovação, encontraria plena justificativa no distrito de Tacaratu, município de Petrolândia, cujas terras elevadas provocam precipitações que a tornam um verdadeiro oásis nas terras semi-áridas do citado município. — Outros fatores há que influenciam a causa das sêcas e são atribuídos ao clima, mas que somente concorrem para robustecer os efeitos da causa inicial.

Essa descrição sumária do clima da zona por mim percorrida e que consta, em síntese, de demoradas observações de outros que a perflustraram, serve para a demonstração da possibilidade do clima, na exploração econômica das terras marginais do São Francisco, desde que seja convenientemente corrigida a deficiência pluviométrica, assim com a irrigação pelas águas do grande rio, como pela construção de açudes e poços tubulares.

Isso onde a elevação das águas não se processar num regime econômico.

Ainda assim, o clima do São Francisco não acarreta conseqüências irremediáveis e inadequáveis à vida humana. Há até quem exalte, inclusive Morize, quando afirma a ação benéfica das correntes atmosféricas sobre a vida do homem.

Observações clínicas atestam que, exceção feita à malária, "só a influência episódica dos ventos violentos de certas estações do ano causa perturbações à saúde no que toca às afetações agudas do aparelho respiratório, as quais, entretanto, mercê talvez da secura da atmosfera, raramente degeneram em tuberculose".

O estímulo da produção agropecuária do São Francisco e sua conseqüente industrialização estão sob a dependência da energia elétrica, a baixo custo, que se pretende obter do aproveitamento racional da cachoeira de Paulo Afonso.

Alcançado este objetivo poderão ser projetados todos os trabalhos que lhe são correlatos, naturalmente dentro de um plano de conjunto em que o desenvolvimento de um de seus setores, atue, desde logo, sobre os demais que lhe são subsequentes.

Encontrada a fórmula de extensão até onde a transmissão da força há de se processar economicamente, o que, de resto, já deve ser conhecida, o governo da União iniciaria, desde logo, o desapropriação das terras, a partir da cachoeira, indenizando-as pelo seu valor histórico, se não fôsse preferível pagá-las à razão de seu valor venal, que proprietários ou simples detentores declaram, quando do lançamento do imposto territorial.

O receio, já manifestado pelos que se armaram defensores perpétuos desses proprietários, de que o governo assim os despojaria de suas roças e de seu ambiente antes do aproveitamento eficiente das terras desapropriadas, não poderia prevalecer e não prevaleceria, inclusive porque o governo os deixaria permanecer graciosamente nos seus lugares, até o momento exato da utilização. O que não é admissível é que o governo aguarde esse momento para dar começo aos processos de desapropriação, ensejando a cupidiz dos aproveitadores que já se manifestam entre os proprietários vizinhos da cachoeira, que só agora mostram um zelo solícito pela exploração de suas terras, antes abandonadas. Entre eles se encontram os defensores fervorosos do fisco, que já tentaram elevar o valor venal de seus imóveis.

Resolvida essa questão, cujo exame documental face ao direito de propriedade acarretará surpresas de um ineditismo sem par, seriam então localizadas as aldeias rurais que teriam como patrimônio as terras que bastassem às suas necessidades de consumo e de exportação equilibrada.

Assim congregadas, cada uma dessas comunidades poderia receber o benefício impossível no regime atual de dispersão: casa, luz, água,

escolas, hospitais, esportes, instrução militar, etc. deslocando-se para sua gleba os seus habitantes, onde, então, receberiam a assistência técnica de que necessitam. Tais glebas teriam a dimensão necessária à cultura de hortas e pomares, inclusive pequena pastagem para a manutenção de 6 vacas leiteiras, galinheiros, estábulos, etc., e só estas seriam da propriedade privada do colono. As terras destinadas às grandes lavouras: algodão, agave, feijão, milho, arroz, etc., cujo aproveitamento econômico exige mecanização, permaneceriam de propriedade do governo e bem assim os bosques e as grandes pastagens, mas todos os colonos lavradores e criadores delas se utilizariam, de acordo com sua capacidade de realização. Sou dos que acreditam que a propriedade em comum da terra não interfere de modo algum com o seu emprêgo e beneficiamento, mas o regime misto aqui alvitado teria o mérito de não provocar um abalo inútil nos costumes, nem nas idéias correntes. Essa utilização "sui-generis" da terra evitaria, na medida do possível, a continuidade de nossos males ingênitos sobre os quais não demonstramos nenhuma capacidade de reação, como sejam: a devastação das matas com a agravante climática e extinção dos nossos melhores espécimes da flora regional, a erosão sistemática do solo, o uso enfim imoderado dos recursos naturais, inclusive a aquisição de áreas excessivas para as atividades de quem só as quer possuir. Não foi a magia da propriedade, como bem o disse ARTUR YONG, citado por HENRY GEORGE, que transformou as areias flamengas em campos frutíferos; foi, sobretudo, a magia da segurança sobre os frutos do trabalho.

A industrialização de toda essa produção far-se-ia numa aldeia industrial que, situada equidistante de suas congêneres rurais, disso assumiria o encargo. A circulação da matéria-prima far-se-ia economicamente, de vez que as rodovias abertas teriam o sentido da produção.

A criação do gado de corte em comum não parece apresentar inconveniente aos interesses individuais dos criadores; as fronteiras dos que criam no São Francisco são simples marcos convencionais, até porque quem identifica os animais assim criados é a marca que eles trazem nas mandíbulas, ou nas extremidades.

As pastagens, inclusive as culturas de palma, seriam demarcadas a cerca, liquidando, de vez, com o problema de não se poder plantar em regiões próprias a essa finalidade.

A água de regra, a energia motora, a assistência financeira e agropecuária se exercitariam com facilidade, porque seriam utilizadas sob as vistas de seus promotores e recebedores, com o conhecimento absoluto das necessidades de cada um. É evidente que um plano dessa natureza apresenta numerosos pormenores de execução mas oferecerá um conjunto capaz de inclinar as autoridades ou à sanção ou à rejeição respectiva.

Na sociedade humana, as relações sociais existem mercê da vontade que impele duas ou mais pessoas à prestação de ajuda ou de favores recíprocos.

Entretanto, entre os proprietários territoriais do município sergipano de Pôrto da Fôlha, na zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso, e o que lhes são associados pelo regime de parceria agrícola, não parece prevalecer essa velha fórmula de relação dual.

Nas vazantes do São Francisco que, naquele município, ocupam extensão relativamente considerável, e onde a cultura do arroz se processa com tôdas as possibilidades de êxito, seu arroteamento se faz mediante o processo de meação. O proprietário dá a terra, dá a semente, mas, como é o próprio financiador dos trabalhos agrícolas, exige que o meeiro lavrador lhe venda, pelo preço que êle mesmo estipula, a parte que lhe couber na meação, qualquer que seja o que estiver vigorando no mercado dos cereais.

A palha decorrente do beneficiamento dêsse arroz, trabalho manual feito ainda às expensas do lavrador, pertence exclusivamente ao proprietário da terra que a vende aos seus meeiros. Êstes necessitam criar animais de trabalho, ao preço de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 35,00 o carro, conforme os colmos, divididos em duas partes, procedam da raiz ou do ôlho da planta.

Dessa contingência poucos se libertam, na impossibilidade de viverem sem o auxílio da criação de animais domésticos.

Outrora, informaram-me no próprio local, — êsses fabricantes de revoltados — que são todos os que são submetidos a essa escravatura quase medieva — ainda permitiam que êsse rebanho de deserdados, mediante a taxa de Cr\$ 10,00, 15,00 e 20,00, pusessem seus animais nas terras onde já se fizera a colheita, mas já agora só êles podem criar, beneficiando-se, numa razão difícil de precisar, do trabalho dos outros.

Êsse sistema de exploração do homem pelo homem, com pequenas variações, que nem justificam expressão corretiva é o adotado principalmente nas terras próprias ao cultivo do arroz, que, por mais rendoso e pelo seu curto ciclo vegetativo, é ainda o mais preferido pelos habitantes ribeirinhos do São Francisco.

Tais terras, a meu ver, deveriam ser desapropriadas para uma equilibrada redistribuição entre os seus próprios lavradores, sem que aos seus atuais proprietários coubesse uma indenização superior à que êles mesmos arbitram, quando fazem sua declaração de impôsto territorial.

E não é, pois, de admirar que, numa extensão de 385 quilômetros quadrados, onde vegeta miseravelmente uma população próxima de 11.000 habitantes, Pôrto da Fôlha registre 277 propriedades, cujo impôsto territorial, no corrente exercício, não passa até setembro de Cr\$ 11.305,00.

É bem de ver que pelos processos extorsivos dêsses proprietários, todos absenteístas, só trabalham os que não se dispuseram ainda a emigrar e daí a produção ridícula de gêneros alimentícios que, em 1947, chegou apenas a 2.800 sacos de feijão, 6.000 de milho e 9.000 de arroz.

Como os animais se criam à revelia do homem, Pôrto da Fôlha conta com uma população bovina de 14.000 cabeças; 3.400 suínos; 500 equinos e 840 asininos e muares. Porque o município não dispõe de estradas de rodagem, circulam em todo seu território 67 carros de boi com absoluta inexistência de veículos a motor de explosão. Os lavradores não utilizam máquinas agrícolas, e a notícia, que me deram, da existência de um trator com arado de discos, logo o localizei na fazenda "Araticum" de propriedade de um dos grandes senhores do município e que prospera em Aracaju, graças aos métodos de trabalho a que me referi acima.

A Prefeitura de Pôrto da Fôlha arrecadou no exercício passado Cr\$ 50.779,90, prova eloqüente da situação de penúria de seus municípes. O Estado, pela sua exatoria, obteve no mesmo período, a renda de Cr\$ 130.050,00; a coletoria federal rendeu Cr\$ 120.000,00. A população da sede do município é de 4.000 almas; a água que essa gente bebe vem do São Francisco, a 6 quilômetros, e custa Cr\$ 6,00 a carga de quatro latas de querosene, transportada no dorso de um jumento. Quem não dispõe de recursos para enfrentar essa despesa, utiliza mesmo as águas dos barreiros ocasionalmente represadas pelas enchentes, e cujas condições de higiene é fácil prever.

Com semelhante "status" não é possível admitir-se a manutenção local de médicos e de dentistas. Os que necessitam dêsses profissionais viajam, com imenso sacrifício, para os municípios outros, porventura melhor providos.

O Ministério da Educação e Saúde deu início à construção de um hospital local, mas a população, entre alegre e apreensiva, pergunta como fazê-lo funcionar, numa cidade sem água e sem luz, e como mantê-lo sem que o govêrno da União lhe destine médicos, enfermeiros e forneça até dietas.

O grupo escolar de Pôrto da Fôlha foi construído às expensas do município, a despeito da sua indigência. Como as cinco escolas primárias disseminadas no interior não são providas de professores diplomados, as conveniências partidárias impõem seus candidatos, alguns semi-alfabetizados, mas a população rural reage, não mandando seus filhos às aulas. As próprias escolas rurais, de iniciativa recente, caminham para o mesmo êxito.

A grande atividade do município — grande para as suas misérias — é a exploração da indústria dos dormentes. Neste mercado a unidade de braúna, aroeira ou angico, é paga a Cr\$ 10,00 e Cr\$ 16,00, conforme as dimensões respectivas.

A Estrada de Ferro Leste Brasileiro, que é a compradora, paga êsses dormentes a Cr\$ 20,00 e Cr\$ 30,00.

Essa indústria, que nem sempre se processa com o assentimento do proprietário das caatingas, tem ocasionado numerosos morticínios que não parecem impressionar muito as autoridades repressoras, por muito repetidos.

Não observei, por mais que o sindicasse, qualquer cogitação de interesse por parte da Seção do Fomento Agrícola de Sergipe, pelo trabalho rural no município de Pôrto da Fôlha, a não ser que queira assim chamar a máquina de beneficiar arroz, localizada na Ilha do Ouro, que é o pôrto comercial do município, sôbre o São Francisco. Instalado há três anos, êsse amontoado de ferro velho que cobra Cr\$ 5,00 por sacco de arroz em casca, restitui 280 quilos pela porção de 464 que supõe beneficiar. O certo é que vende o "quebradinho" que passa à sua propriedade a Cr\$ 1,00 o quilo e a Cr\$ 6,00 os vinte quilos de farelo.

Outros aspectos há, da economia rural de Pôrto da Fôlha, cuja divulgação, embora rigorosamente verídica, pode suscitar reservas.

Uma lei municipal, aparentemente protetora da lavoura, proíbe o trânsito de animais e veículos pelas terras cultivadas, exceção feita aos do proprietário da terra. Ao pleiteá-la, êste visou somente impedir que os animais de seus lavradores pudessem roer o pasto natural de seus cercados quando tivessem de transportá-los ao trabalho.

Na fazenda Bonsucesso, cujo proprietário reside, como é de rotina, em Aracaju, quem pretender criar bovinos em suas terras, que medem vinte e quatro quilômetros de frente, por quarenta e oito de fundos, pagará como tributo um bezerro anualmente! Êsse benemérito da aristocracia rural de Pôrto da Fôlha ainda descobriu um originalíssimo processo de pagar seu administrador: da meação que recebe do trabalho de terceiros, entrega-lhe um décimo, e como êsse mesmo administrador é quem fiscaliza a extração e a entrega ao intermediário dos dormentes de sua aludida propriedade, paga-lhe mais Cr\$ 0,50 por unidade. Nessa mesma propriedade, constituiu-se um povoador de 360 almas, das quais cem do sexo masculino, cento e cinqüenta crianças e o restante é de mulheres. Essa gente que trabalha em lugares afastados, por não lhe proporcionar o proprietário das terras nenhuma atividade capaz de suprir suas necessidades de emergência, paga Cr\$ 5,00 anuais pelo abrigo que construir. A mortalidade infantil em todo o município excede a qualquer estimativa pessimista.

A tradição de menosprêzo dêsses grandes proprietários pelos seus humildes servidores atinge às raias do inacreditável. Ouvi do agente de Estatística de Marechal Floriano, município alagoano fronteiro de Pôrto da Fôlha, que um de seus grandes criadores e possuidores de vastos domínios rurais, pelo fato de haver um de seus vaqueiros

"apanhado" dezesseis bezerros e não pretender vendê-los ao patrão, como de praxe, por um preço determinado, foi expulso das terras onde trabalhara tantos anos, ainda por cima, o aristocrata rural pôde, pela sua influência, evitar que outros proprietários abrigassem o desalojado, assim constrangido a mudar de profissão, com todo o cortejo de misérias próprias de um inadaptado.

Enfim, a situação sócio-econômica de Pôrto da Fôlha é de tal forma precária e de tão difícil recuperação, que chego a admitir, sem qualquer receio de parecer excessivo, a hipótese da localização de seus habitantes em suas terras mais férteis e transformar as restantes em um parque-abrigo, onde a flora e a fauna regionais se refizessem das mutilações a que o homem faminto as reduziu, levado pelo seu estado de penúria e de completo abandono.

E o que é mais constrangedor em tudo isso é o verificar-se a humilhação do homem, numa terra de homens livres, como diria HENRY GEORGE, e haver quem possa oprimir onde todos são iguais!

* * *

E' conceito pacífico da geografia econômica o de que o homem se constitui seu fator dominante. Considerado em tese o problema das migrações nas terras do Nordeste e, no caso específico, das populações marginais do São Francisco, o seu deslocamento não se processa senão parcialmente, sob a influência dos três fatores clássicos:

- a) o clima, a situação e o relêvo do solo;
- b) os recursos naturais da terra, compreendendo água, solos, plantas e animais indígenas;
- c) aperfeiçoamento da ferramenta e maquinaria que permite um reajustamento de atividades entre as populações de hábitos e costumes os mais variados.

Os dois fatores primeiros não podem, a meu ver, justificar as migrações dos nordestinos para as regiões do sul do Brasil, a não ser que se responsabilizem os fatores climáticos como elementos predominantes dessa fuga, o que seria excessivo, de vez que o fenômeno da seca é ocasional e não permanente, embora se processe em ciclos mais ou menos constantes.

Deve, pois, haver outra justificativa, de ordem psíquica, de cura possível pela educação dêsses deslocados, mas aliada à segurança da estabilidade econômica pela continuidade de um trabalho seguro e remunerador.

Com todos os deslocados com quem conversei, nesse período de cem dias de observação pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, ouvi o argumento de que a migração para o sul provinha da esperança de um salário impossível de ser obtido no Nordeste. Mas eu mesmo tive oportunidade de verificar êsse deslocamento no

próprio Núcleo Agro-Industrial do São Francisco, onde operários com salário mensal de Cr\$ 700,00 emigram para São Paulo, sob a promessa de um próximo regresso, promessa que nem sempre se realiza, e uma despesa equivalente a mil cruzeiros.

De sorte que esse problema é dos que mais angustiam o São Francisco, sobretudo porque o afastamento desses operários acontece no período ótimo da atividade procriadora.

O Serviço de assistência, que, na sua multiplicidade de aspecto tiver de ser organizado no São Francisco, terá de aceitar esse ônus de ordem moral, sem exclusão, é evidente, de um plano assistencial de saúde, financeiro e técnico profissional.

O que falta sobretudo ao homem no Nordeste é a habilidade de explorar com eficiência os recursos que a terra lhe proporciona, dentro da variação impressionante de sua instabilidade climática.

Esse homem cultiva e cria precariamente, quase nada fabrica, consome escassamente, mas destrói com impetuosidade. Destrói o solo concorrendo para a erosão, destrói os animais silvestres na ânsia do aproveitamento desordenado da pele, destrói, por fim, as caatingas e os tabuleiros na exploração irracional da lenha para o fogo e da madeira para os cercados e outras construções, mas também destrói a saúde com o uso imoderado do álcool e pelas naturais decorrências do fenômeno da subnutrição.

* * *

A vegetação natural do vale do São Francisco está em vias de desaparecimento. Suas caatingas e seus carrascais ainda fornecem parcamente o combustível de que suas populações necessitam, mas a situação já se apresenta tão precária que, no distrito de Tacaratu, município de Petrolândia, tive a oportunidade de observar uma engenhoca de rapadura consumindo gravetos e garranchos em suas fornalhas, isso a quinhentos quilômetros de Recife.

Viajando pelo interior do município de Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas, onde a população municipal é de 20.387 habitantes para uma área de 1.265 quilômetros quadrados, ouvi de um fazendeiro, que não mais lhe seria possível ampliar sua criação bovina, dada a escassez notória de madeira própria à construção de cercados.

As cactáceas (mandacaru, xique-xique e coroa de frade) as leguminosas (sabiá, jurema, caatingueiras arbóreas, mororó, mulungu, ingazeiro, angico); as anacardiáceas (aroeiras, mangueiras e umbuzeiro); as apocináceas (caraibeiras, etc.); as escrofularíneas (imburana, etc.) e as próprias palmeáceas, são sistematicamente devastadas num crescendo assustador e se esse assolamento continuar não estará longe o tempo em que os habitantes daqueles rincões estarão consumindo como

combustível as canas de milho, as hastes de algodão e o bagaço de cana, como acontece com os ribeirinhos do Nilo.

Nesse tempo, a criação extensiva dos animais domésticos não será mais exequível, de vez que já agora se vem processando sua restrição em face das caatingas assim devastadas inclusive pelo próprio gado que se alimenta sobretudo das espécies vegetais a que me referi acima.

A assistência que se pretende dar ao vale do São Francisco, pelo menos a de conservação da flora existente, deveria iniciar-se sem demora, ou então nada mais haverá a fazer, se se deixar, ao interesse privado, a incumbência de sua renovação.

De outra parte, a vegetação das caatingas com seu "facies" atual e, pois, sem o auxílio das árvores de grande porte, não pode contribuir, mesmo em escala reduzida, para a regularização do regime hidrológico.

Parece, enfim, que ainda não compreendemos o que representa como fator econômico a conservação das matas e, no caso específico do São Francisco, a existência das caatingas como recursos ditos renováveis. Fonte perene da criação de animais domésticos, sobretudo bovinos, caprinos, ovinos e asininos, a caatinga está destinada a constituir proteção permanente e que se deve submeter a uma exploração adequada e, por isso mesmo, evitar-se o seu completo esgotamento pelo uso em excesso.

Em qualquer caso, faz-se mister, e nisso é que deve consistir a interferência do governo, estabelecer um ritmo máximo de utilidade compatível com a preservação dos referidos recursos.

* * *

O Centro Agro-Industrial do São Francisco, dependência da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, rege-se por uma legislação "sui-generis", que aberra de todos os princípios característicos das fundações dessa natureza.

Seu atual plano de colonização atinge uma área de 6.600 hectares a ser transformada em 100 granjas. Cada uma dessas unidades de produção custará ao governo Cr\$ 90.000,00 não incluindo, é evidente, as instalações de interesse comum, inclusive as de caráter social. A venda ao granjeiro far-se-á em 10 prestações anuais, sem juros, a começar no 3.º ano, e este, nesse período de carência, até o início de seus primeiros lucros, poderá fazer empreitadas com a direção do Núcleo, o que lhe permitirá um salário compensador.

Se esse auxílio não fôr considerado satisfatório, o Núcleo ainda preparará 5 hectares de terras próprias para o arroz, que o granjeiro só terá o trabalho de cultivar e colhêr.

Na granja, além da casa do granjeiro, há duas outras residências no valor total de Cr\$ 16.000,00 destinadas a seus agregados.

A simples enunciação dêsse paradoxo, pelo qual um colono pode dispor do trabalho braçal de dois agregados, basta para constranger, e até para fazer admirar a originalidade de processo pelo qual o govêrno pretende colonizar as terras do São Francisco!

E' certo que das 15 granjas em vias de conclusão e que serão equipadas em 1949, nenhuma pode ser considerada como em franco funcionamento, mas a maioria delas está destinada a funcionários do próprio Núcleo, a um aviador das Obras Contra Sêcas e a um empreiteiro de estradas que, nas suas horas de lazer, exerce também a profissão de serralheiro e outras habilidades.

Isso significa que êsses servidores públicos, um dos quais percebe o salário mensal de Cr\$. . 4.500,00, passarão à condição de granjeiro e, vestidos de colonos, poderão ostentar uma prosperidade capaz de produzir inveja a qualquer "plano" de colonização.

Êsses "colonos" gozarão ainda do hospital, do cinema, das escolas, da maternidade e do frigorífico do Núcleo, além da assistência médica e odontológica. Parecendo pouco aos seus merecimentos, o aviador granjeiro ainda consegue comerciar com o Núcleo, adquirindo ovos, galinhas, frangos e verduras, que vende a bom preço nos hotéis de Recife. . .

A atual rêde de irrigação do Núcleo é alimentada por uma bomba de 3.500 rotações e capacidade para 400 litros d'água por segundo. A irrigação não se processa, como seria curial, sob nenhum cálculo de dispêndio do líquido pela unidade de área irrigada.

As vêzes que tive a oportunidade de assistir à irrigação das terras cultiváveis, não verifiquei nenhum contrôle sôbre a água consumida, que o era sob o critério exclusivo do interessado, sem qualquer base racional que permitisse o cálculo do custo da área irrigada ou o estabelecimento do quanto do líquido necessário à vegetação e frutificação do que se pretendia produzir. Em resumo, não me apercebi, embora todo o meu desejo, da influência que o trabalho do Núcleo tenha feito sentir na região a que serve, como não compreendi qual a vantagem que as populações agrícolas do São Francisco, o Pôsto de Icó, do DNOCS, do Ministério da Viação e Obras Públicas, trouxe com seus métodos de culturas, cuja divulgação foi feita ou pretendia fazer.

A Seção do Fomento Agrícola de Pernambuco mantém um pôsto nas terras do Núcleo que, embora desvirtuando suas finalidades precípua, que seriam sua ação junto aos lavradores, ainda constitui uma cogitação de interêsse pelo cultivo racional de uma pequena área de suas terras.

* * *

Há no município baiano de Glória um povoado que merece uma menção especial, dada a maneira original de existência de seus habitantes.

Trata-se do lugar denominado "Salgado do Melão" cujo acesso é feito por uma caatinga "sui-generis", ali conhecida pela denominação de "Raso da Catarina".

Deixo à competência do geólogo que ali esteve em nossa companhia, em busca de calcário necessário à instalação de uma fábrica de cimento, o estudo circunstanciado de sua formação geológica e a outro nosso companheiro, a curiosa descrição de seu solo, sob o ponto de vista agrícola.

As informações locais são tôdas unânimes em afirmar a impossibilidade do tráfego de automóvel em tôda aquela região, pois o areal, de camada espessa, mal permite o tráfego lento de animais robustos.

Embora assim aconselhados, aventuramos a viagem, que foi possível num jeep, por caminhos mal transitados.

Alcançada a povoação, constituída de uma centena de casas, passamos a viver a tragédia daquela gente que, cercada pela agressividade de escassos recursos naturais, mesmo assim consegue viver.

A atividade local resume-se na criação de bovinos, caprinos e ovinos, mas a terra é tão árida e tão sêca que só as vegetações xerófilas são capazes de resistir. A água doce procede de duas léguas, mas seu aspecto terroso impressiona de tal sorte que só a ingere os que a ela já se habituaram pela falta exclusiva de outra melhor. Os habitantes locais bebem em quase sua totalidade a água que exuda das cacimbas mais ou menos superficiais, mas como nessas mesmas cacimbas bebe todo o gado criado na região, percebe-se fâcilmente qual o aspecto físico que ela apresenta quando colhida para o uso humano.

Acontece ainda que essa água é carregada de sais, sobretudo de cloretos, daí o seu sabor desagradável e difícil de ser suportado pelos que a ela se habituaram ainda pelo uso diário. Os detentores dêsses bebedouros, onde a lama se mistura às dejeções do gado, informaram que só naquele trecho do povoado é possível obtê-los, originando-se daí o prestígio de quem os possui, mas prestígio acima de qualquer cálculo otimista.

A bebida do gado é governada pelo homem que o traz ao bebedouro de quarenta e oito em quarenta e oito horas, o que não impede, por mais estranho que pareça, que, pelo menos, os bovinos apresentem o aspecto de animais sadios e bem tratados.

A população, dada a carência de água, apresenta um aspecto de sujo permanente e pela falta do hábito comezinho do banho, teme lavar-se, não vá a água causar-lhe moléstias de cura irremediável.

Um garoto de 10 anos, que dormiu numa rêde junto à que eu ocupava, recusou-se terminantemente a banhar-se, mesmo sob a promessa, sempre repetida, de que se lhe daria Cr\$ 2,00, se êle tentasse a grande aventura.

Só posteriormente, em viagem para Macururé, conheci a razão da recusa. Interrogada por JOÃO GONÇALVES sobre os seus hábitos de higiene, uma senhora que caminhava alguns quilômetros para adquirir água para beber, explicou que ela e outras residentes numa caatinga, nunca tomaram banho, receosas que lhes arrebetasse a pele!

No povoado que mencionei acima, há 16 cacimbas cujos proprietários, à noite, trancam à chave os cercados que as envolvem. O valor dêsse bem, tido como inestimável, atinge às raias do absurdo. O proprietário do poço pode dar com todo o prazer suas filhas em casamento, mas recusa-se terminantemente a ceder a água de suas cacimbas aos seus descendentes que, nisso confiados, pretendam criar animais domésticos. Repito que se trata de água salobra de aspecto imundo, mas que a população local utiliza, como o faz seu gado.

Quando escasseiam as chuvas, os animais sem pasto, o qual sempre é precário, alimentam-se pela mão do homem, que de tudo se utiliza para resguardá-los do aniquilamento, inclusive cultivando em comum uma estreita faixa de terra semi-úmida, em que cada proprietário não dispõe de uma frente superior a alguns palmos...

Essa gente e seu gado vivem à margem da administração pública, que só dela se lembra no

momento de cobrança dos tributos e dos movimentos eleitorais...

E isso acontece no município de Glória, cuja sede é situada nas margens do São Francisco!

As Obras Contra as Sêcas incluíram esse município na zona de sua influência, mas não tomam conhecimento da situação de "Salgado do Melão", onde algumas centenas de brasileiros se esforçam por subsistir, a despeito de seus irmãos de sangue nada fazerem para aliviar ou atenuar suas agruras.

Não sou técnico na matéria, mas a abertura de poços tubulares, na reduzida faixa onde estão situadas as cacimbas, não me parece impraticável e se não fôsse possível a obtenção de água potável, sempre o seria de água salobra, mas colhida em condições de salubridade e em quantidade capaz de atender às necessidades daquela gente que não pode ouvir o alvitre de seu deslocamento, levada por motivos puramente sentimentais.

Sem água, sem produtos vegetais, sem convivência, sem escolas, entregue enfim a sua própria sorte, aquela gente sim, tem o destino dos seres marginais a que se refere a demagogia nacional, quando faz alusão aos habitantes dos morros.

(Continua)